

Mailson-PMDB, rota de colisão

A decisão do ministro da Fazenda, de renegociar a dívida externa sigilosamente, sofre fortes críticas do partido e do próprio Congresso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Há dois dias no cargo, o novo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, já entrou em rota de colisão com o PMDB e com o próprio Congresso. Sua decisão de renegociar sigilosamente a dívida externa foi bombardeada, ontem por deputados e senadores, sob o argumento de que não tem sentido pretender informar os banqueiros sobre as intenções brasileiras e sonegar as informações aos membros do Congresso.

"É como se você fosse para uma guerra e, antes da batalha, desse uma entrevista coletiva dizendo aos generais do outro lado que você vai atacar por tal flanco", argumentou o ministro. A tese do sigilo, porém, não passa no Congresso. O Artigo nº 59 do projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização prevê que acordos com credores externos só podem entrar em vigor com a explícita aprovação do Congresso Nacional. Assim, se o acordo com os bancos for assinado após 21 de abril, data provável para a promulgação da Constituição, sua validade estará na dependência do Congresso.

Se o Congresso não participar desde já dos entendimentos, haverá sério risco de rejeição, advertiu o presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado, senador Carlos Chiarelli, do PFL do Rio Grande do Sul. A comissão, criada para acompanhar as negociações, é constituída por representantes de vários partidos. O vice-presidente é o senador Virgílio Távora, do PDS do Ceará, e o relator, o líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso.

Já o deputado Irajá Rodrigues, do PMDB e membro da comissão econômica do partido, garante que



Chiarelli: risco de rejeição

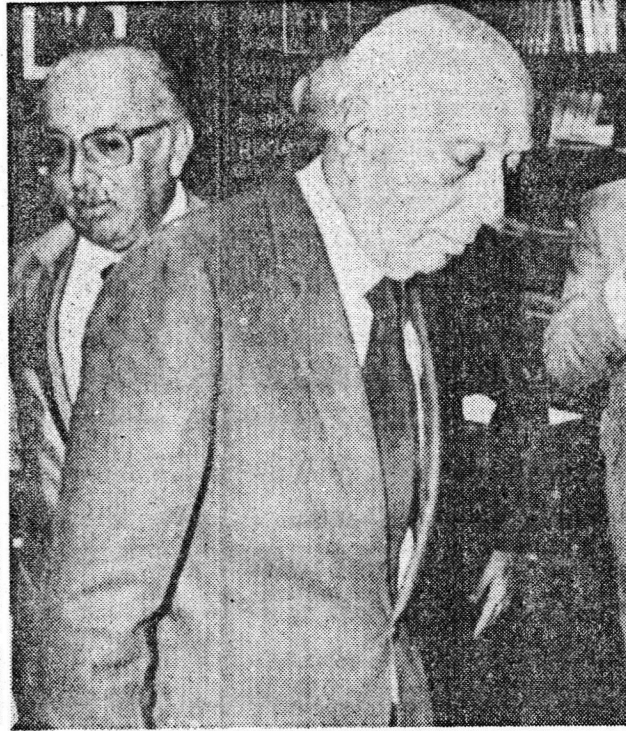
tem o apoio dos governadores Orestes Quêrcia, de São Paulo, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Miguel Arraes, de Pernambuco, e Waldir Pires, da Bahia, para o patrocínio de uma emenda às disposições transitórias da futura Constituição, suspendendo por cinco anos o pagamento da dívida externa.

Paralelamente, Irajá entende-se com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do partido, Ibsen Pinheiro, no sentido da imediata constituição, também na Câmara, de uma comissão de acompanhamento da dívida externa.

Irajá disse que a comissão terá no máximo nove membros, representantes de todos os partidos, e se propõe a participar, junto ao Executivo, dos entendimentos visando à formalização das propostas de negociação e seu posterior acompanhamento.

CONGRESSO

De acordo com o artigo 59 do projeto da nova Constituição, é da competência exclusiva do Congresso Nacional "aprovar ou não tratados, convenções e acordos internacionais celebrados pelo presidente da República, ou atos que acarretem encar-



Ulysses: comissão de acompanhamento

gos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional". E na segunda parte da redação do artigo que se enquadra a negociação externa.

Para o senador Chiarelli, é incompreensível que o Congresso não delibere sobre uma negociação que interessa a cada um dos brasileiros e envolve uma quantia fantástica de US\$ 115 bilhões, afetando grandes interesses, lembrando que o Congresso americano tem uma função deliberativa extensiva, sem que isso represente nenhuma submissão do presidente da República ao Legislativo.